

Trabalho, divisão do trabalho e alienação

Maria Helena da Costa Carvalho **
e-mail: mhelena@unicap.br

Resumo

Neste texto, buscamos compreender como se coloca a questão do trabalho, como modo de produção material da existência e base das relações sociais entre os homens e sua articulação com a condição alienada do homem na sociedade capitalista. Nessa perspectiva, tecemos reflexões sobre o caráter contraditório do trabalho, explicitando diferentes concepções que acompanham a evolução histórica das relações de produção e o processo de alienação do homem, sob a lógica da subordinação do trabalho ao capital.

Palavras-chave: sociedade, capital, trabalho, alienação

Abstract

The objective of this paper is to understand the work issue as a mode of material production for existence and as the basis of social relations among people and their interplay with the alienated condition of human beings in capitalist society. In this perspective, some reflections are made on the contradictory feature of work to explain different concepts that accompany the historical evolution of production relationships and the process of alienation undergone by human beings with regard to the subordination of work to capital.

Key words: society, capital, work, alienation

** Mestra em Educação, Professora do Departamento de Educação da UNICAP.

1. Em busca de um conceito

Como categoria fundamental da existência humana, o trabalho, presença ativa do homem no mundo onde imprime a sua marca, no mundo que ele transforma, transformando-se, expandindo os seus horizontes, ampliando o seu espaço, transcendendo a sua força e o seu próprio ser, é manifestação de vida, é afirmação, é criação, expressão de si, é liberdade... É o trabalho que nos identifica como sujeitos capazes de pensar, fazer e criar em relação harmoniosa com a natureza e com os outros homens com quem, solidários, partilhámos nossas conquistas, com quem produzimos nossa existência, construímos possibilidades infinitas de humanização da natureza em eterno devir e, ao mesmo tempo, fazemo-nos homens. Segundo Manacorda:

“[...]o homem é homem na medida em que deixa de identificar-se à maneira dos animais, com a própria atividade vital na natureza: na medida em que começa a produzir as próprias condições de uma vida humana sua, isto é os meios de subsistência e as relações que estabelece com outros homens ao produzi-la na divisão do trabalho; na medida em que conhece e quer a própria atividade e a configura como uma relação não limitada a apenas uma parte da natureza, mas pelo menos potencialmente, como uma relação universal ou unilateral com toda a natureza como seu corpo orgânico e na medida, afinal, em que humaniza a natureza, fazendo da história natural e da história humana um só processo e, ao assim fazer, modifica-se a si mesmo, cria o homem e a sociedade humana” (MANACORDA, 1991, p. 63)

Para Gramsci, trabalho “é a forma própria através da qual o homem participa ativamente na natureza, visando transformá-la e socializá-la cada vez mais profunda e extensamente” (GRAMSCI, 1968, p. 130)

Em Saviani, temos que o trabalho é uma ação humana intencional que busca a transformação da natureza a fim de ajustá-la às necessidades e finalidades do homem. “Trabalhar não é outra coisa

senão agir sobre a natureza e transformá-la”. (SAVIANI, 1989, p. 8)

Muitas formulações positivas de trabalho poderíamos citar, mas essa não é certamente a idéia comum que temos de trabalho, frente à realidade concreta da existência humana. Em seu caráter contraditório, o trabalho é, simultaneamente, afirmação-negação, criação-destruição, libertação-servidão, posto que produto histórico que se constitui dentro de relações determinadas.

A representação que hoje fazemos de trabalho vem geralmente marcada pela idéia de emprego, ocupação, atividade para garantir os meios de sobrevivência e, conseqüentemente, o que se destaca é o caráter de obrigatoriedade e insatisfação que, restringindo o tempo e o espaço para o prazer no “mundo da liberdade”, torna-nos prisioneiros no “mundo da necessidade”. Essa percepção negativa, acrescida do tom moralizante das máximas religiosas em que “o trabalho dignifica o homem”, disciplina o corpo e a mente, eleva o espírito, levamos a colocar num plano exterior a motivação que podemos ter em relação ao trabalho. Nesse sentido, trabalhar para “ter” (e poder deixar de trabalhar) é o motivo que move a sujeição ao trabalho, até mesmo para a grande maioria de trabalhadores para quem essa relação (ilusória) - trabalhar e ter - é contradita na realidade pelo trabalhar e não ter. Na concepção corrente, temos ainda a diferenciação entre diversos tipos de trabalho. Assim, temos trabalho superior e inferior, trabalho produtivo e improdutivo, trabalho intelectual e trabalho manual, trabalho qualificado e desqualificado, trabalho para ricos e trabalho para pobres.

A cisão entre os pares, longe de se constituir um processo natural, é resultado de um desenvolvimento histórico conflitivo, marcado pela expropriação dos meios de subsistência (produção da vida material) e acumulação de capital que possibilitaram o desenvolvimento do modo de produção capitalista. O modo de produzir a existência e as relações sociais que esse engendra tornam-se, assim, elementos fundamentais no processo histórico de constituição do homem e da sociedade.

Segundo MARX:

“O modo de produção não deve ser considerado simplesmente como reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, antes, de uma forma definida de atividade destes indivíduos, uma forma definida de expressar suas vidas, um definido modo de vida deles. Assim como os indivíduos expressam suas vidas assim eles são. E o que eles são, portanto, coincide com sua produção, tanto com o que produzem, quanto como produzem. A natureza dos indivíduos, portanto, depende das condições materiais de sua produção”. (MARX, K. Apud FRIGOTTO, 1984, p. 74)

Enguita (1989), descrevendo a evolução geral do trabalho, ao longo da história da humanidade e a nossa atitude frente ao mesmo, destaca as mudanças de concepção de trabalho, no caminho tortuoso, permeado de conflitos, que vai desde a produção para a subsistência até o trabalho assalariado na sociedade industrial.

Nesse sentido, o autor destaca, como características do trabalho na sociedade pré-industrial, baseada na economia de subsistência:

- a produção para satisfação de necessidades limitadas;
- a divisão natural do trabalho, pela repartição de tarefas a partir de diferenças de idade e sexo;
- a pouca diferenciação e mesmo entrelaçamento e superposição entre trabalho, ócio e atos sociais rituais (a caça, nas sociedades caçador-coletadoras; os mercados, nas sociedades agrícolas);
- a utilização do mesmo espaço para o desenvolvimento da vida familiar, atividades de consumo e ócio, e para as funções produtivas;
- o controle do trabalhador sobre o processo de trabalho (os meios são colocados a serviço do homem);
- a decisão total, ou quase total, do trabalhador, quanto ao que produzir e como produzi-lo;
- a disposição do seu tempo de trabalho e do seu tempo em geral (duração da jornada, intensidade e ritmo do trabalho, interrupções).



Por seu lado, as modificações no modo e nas relações de produção, com os novos métodos de organização da atividade produtiva, com a divisão manufatureira do trabalho, o advento da máquina e o trabalho assalariado, o rompimento da relação direta entre a produção e as necessidades, cindindo o homem e a sociedade, trazem como resultado:

- o rompimento da relação direta entre a produção e as necessidades (produção para a troca/trabalho excedente);
- a dissociação entre o processo de trabalho e seu objetivo;
- a separação física e, em conseqüência, também temporal, entre local de trabalho e moradia, entre espaço de produção e de consumo;
- a separação efetiva entre espaço público e privado;
- a criação de espaços próprios para os ritos sociais;
- a segregação entre atividades extradomésticas e domésticas, produtivas e não-produtivas;
- a submissão do trabalhador ao ritmo da máquina, aos fluxos de produção e às normas estabelecidas;
- a alienação do trabalhador do processo de trabalho, pela parcelarização das tarefas;
- a expropriação/alienação do trabalhador do produto do trabalho (não decide o que produzir e nem é dono do que produz).

Entre uma forma e outra, um longo percurso histórico dá lugar a diferentes formas de conceber o trabalho humano e organizar a produção, processo esse em que os bens produzidos vão perdendo o seu valor original de uso, para adquirirem valor de troca, para se constituírem mercadorias, e como mercadoria, tudo se equivale.

2. Capitalizando e desumanizando: a negação do homem no trabalho e pelo trabalho

O processo histórico de acumulação de capital foi, desde o início, marcado pela violência e

uso da força. Extorquidos de seus meios de vida e de trabalho (terra e instrumentos de trabalho) os homens são obrigados a trabalhar para o capital, vendendo o único “bem” que lhes resta - a sua força de trabalho.

Como trabalhador “livre”, o homem vende a sua força de trabalho como mercadoria que o capitalista compra, em troca de um salário. Essa relação de troca (entre coisas) fornece a aparência legal da transação, efetivada entre “iguais”, em que um domina, e o outro, dominado, aliena a sua força de trabalho e o seu ser como sujeito. Transformada em mercadoria, a atividade do trabalhador, como puro meio de subsistência a que é forçado a se submeter, já não mais lhe pertence, já não mais se constitui manifestação da vida, exteriorização de si como sujeito, assim como não lhe pertence o produto de seu trabalho, que lhe é estranho, alheio, em que não se reconhece.

Essa determinação histórica do trabalho, - na sociedade fundada sobre a propriedade privada dos meios de produção em que o trabalho do homem, alienado a outrem, faz do homem objeto de outro, um “ser para o outro” e não sujeito, um “ser para si” -, leva Marx a desvelar o caráter negativo alienado do trabalho na economia política que, colocando-o num plano de existência ideal, como trabalho em geral, essência subjetiva da riqueza, oculta a sua transformação de atividade livre, manifestação de vida, para meio de satisfação de necessidades básicas de sobrevivência.

Diz MARX:

“Sob a aparência de um reconhecimento do homem, a economia política, cujo princípio é o trabalho, é muito mais a conseqüente negação do homem, na medida em que ele próprio não se encontra em uma tensão exterior com a essência exterior da propriedade privada, mas sim torna-se a essência tensa da propriedade privada”.
(MARX, 1974, p. 9-10)

3. Subordinando o trabalho ao capital: divisão do trabalho e assalariamento

Os diferentes modos de conceber o trabalho humano e organizar a produção marcam diferentes formas de subordinação do produtor ao capital, mas é a conversão do trabalhador independente em trabalhador assalariado que dá lugar à subordinação real do trabalho ao capital, estabelecendo, nas relações sociais de produção da existência, a cisão fundamental que caracteriza o modo de produção capitalista: de um lado, os proprietários dos meios e instrumentos de trabalho, de outro, os não-proprietários, os assalariados. (FRIGOTTO, 1989, p. 77)

De fato, o assalariamento, transformando o trabalho humano em mercadoria e fazendo da exploração do trabalhador a base de acumulação do capital, provoca a ruptura entre o homem e a sua atividade, entre o trabalho e o seu produto.

Como uma mercadoria especial, a força de trabalho, para que se justifique nos custos de produção como “capital variável”, deverá produzir, além do seu valor, um valor adicional, a mais-valia, que é a fonte de lucro do capitalista.

Por outro lado, essa subordinação, no que diz respeito à base técnica e à forma de organização do processo produtivo, encontra, na separação cada vez mais acentuada entre a concepção e a execução, ingredientes importantes no processo de controle do trabalho e de alienação do trabalhador.

Trabalhadores assalariados, reunidos no mesmo campo de trabalho, sob as ordens do mesmo capitalista, executam tarefas parcelares para produção de uma mesma espécie de mercadorias. Esse é o cenário que, segundo Marx, constitui o ponto de partida da produção capitalista.

Na divisão manufatureira do trabalho, reduzidos a “meros membros de um mecanismo coletivo”, sob a “autoridade incondicional do capitalista, proprietário dos meios de produção, o operário

parcial não produz mercadoria alguma” (MARX, Apud ENGUITA, 1989: 15-16).

Nas palavras de Enguita,

“[...] a passagem da elaboração completa do produto, que pode ser a base do orgulho profissional, à contribuição parcial e fragmentária, a qual pode trazer tão-somente a sensação de insignificância; a passagem, enfim, do domínio do processo de trabalho em sua totalidade à inserção no seio de uma organização estruturada em torno de um poder hierárquico e alheio à pessoa do trabalhador [...] intensificam a alienação do operário, particularmente com a introdução da maquinaria, do taylorismo e do fordismo”. (ENGUITA, 1989, p. 16).

Se, no sistema de cooperação simples, o trabalhador ainda mantém o seu modo de trabalho, na manufatura, a parcelarização das tarefas, com o uso de ferramentas especializadas, fragmentando o trabalho, esfacela o trabalhador. Esse processo de mutilação completa-se na grande indústria que, limitando o operário à função de operador de uma máquina particular, dispensa o saber-fazer que o identifica como trabalhador qualificado. A máquina, aprofundando o processo de separação entre a concepção e a execução do trabalho, expõe o trabalhador à exploração cada vez mais intensa de sua força de trabalho pelo capital.

A introdução da máquina, ao invés de diminuir, prolongou a jornada de trabalho para acumulação maior e mais rápida de capital, submetendo o operário à repetição automática de gestos, numa cadência ininterrupta demarcada pelo ruído repetitivo da maquinaria em movimento. A máquina, síntese do saber acumulado sobre o trabalho, sob o modo de produção capitalista, constitui o aperfeiçoamento do processo de expropriação do saber do trabalhador e a sua conseqüente submissão, degradação, alienação. Colocada a serviço do capital, a máquina se volta contra o próprio homem, a ele se contrapondo como algo estranho, e “força o operário a trabalhar agora mais prolongadamente do que fazia o selvagem ou de quando



ele mesmo o fazia com instrumentos simples e rústicos”. (MARX, apud MANACORDA, 1991, p. 62).

No entanto, a máquina, a serviço do homem, é um passo significativo no domínio da natureza, prolongando o poder de apreensão do mundo, iniciado quando o homem, em posição ereta, liberta as mãos para o trabalho.

“A máquina foi sempre o grande sonho de libertação do homem; poder o ser humano poupar suas mãos, livrá-las dos calos grossos e duros do tripalium para levemente segurar o pincel da pintura desinteressada ou o lápis do desenho e da poesia; ou ainda soltá-las para os belos movimentos da dança e da música ou para os suaves e prolongados apertos do encontro e do amor. A máquina, obra da inteligência humana, poderia finalmente reduzir a jornada de trabalho para transformar o homem escravo em cidadão político, culto e artista”. (NOSELLA, 1987, p. 32)

4. A organização do trabalho: hierarquia, disciplinamento e fragmentação

A introdução da máquina, revolucionando os métodos de organização do trabalho, trouxe mudanças nas relações sociais e técnicas de produção, em que a ordem hierárquica e o disciplinamento do trabalhador surgem como elementos indispensáveis à garantia da cientificidade e racionalização do processo produtivo. Nesse sentido, a contribuição dos economistas clássicos burgueses foi de extrema significação para os interesses dos capitalistas. Entre esses, vale destacar Adam Smith, que, desenvolvendo a teoria do valor-trabalho, argumenta em favor da divisão do trabalho de onde decorre o aumento da produtividade e, conseqüentemente, a riqueza universal que, segundo ele, numa sociedade bem governada, se estende por toda a população. (Kuenzer apresenta as três causas responsáveis pelo aumento da produtividade, em conseqüência da divisão do trabalho, segundo aquele teórico. São elas:

- *aumento da destreza do trabalhador, que se origina de sua dedicação a um único fragmento do processo de trabalho por toda a sua vida;*
- *a economia de tempo, que era perdido na passagem de uma operação para outra;*
- *a invenção de máquinas, que facilitam o trabalho e reduzem o tempo para sua realização, permitindo a um só homem fazer o trabalho de muitos.* (KUENZER, 1986, p. 27)

A argumentação, favorável sob o ponto de vista dos interesses capitalistas, deixa de considerar o aspecto social, em termos do que representa a divisão técnica do trabalho em atividade manual, mecânica, limitada, para a grande massa de trabalhadores, e atividade intelectual, planificadora, para a minoria dirigente.

A fragmentação do trabalho pela separação entre teoria e prática, entre os que planejam e os que executam, já presente na obra de Smith, é retomada por Taylor e Fayol com a teoria geral da administração. Os princípios “científicos” e “universais” da teoria geral da administração, a serviço do capital, buscam a racionalização do trabalho ao nível dos operários (Taylor) e dos administradores (Fayol) através do controle para aumentar a produtividade. Em decorrência, vê-se a necessidade da hierarquia, da autoridade, da centralização do poder, da especialização. (KUENZER, 1986, p. 30-31)

Segundo Enguita, “o propósito da ‘organização científica do trabalho’ é converter a ‘capacidade de trabalho’ do assalariado, que o capitalista comprou, no máximo de trabalho efetivo, o que passa por arrebatar-lhe a capacidade de decidir a respeito”. (ENGUIITA, 1989, p. 17)

Com efeito, no taylorismo, a limitação do operário à execução de tarefas conforme as instruções fornecidas (por escrito) pela gerência, subtraiu-lhe o saber sobre o trabalho, sob o fundamento da heterogestão, o que leva Kuenzer a afirmar que “a heterogestão é a lógica de desqualificação do trabalho, e portanto, da alienação”. (KUENZER, 1986, p. 30)

Em Fayol, vê-se a presença dos mesmos argumentos de racionalização, no estabelecimento das funções administrativas de planejamento para previsão, organização, coordenação, comando e controle do processo de trabalho.

Em ambos, vê-se a mesma lógica de subordinação do trabalho ao capital, a mesma lógica de ocultação dos interesses a que serve a racionalização, sob o velho e atual argumento: se a empresa cresce, todos serão beneficiados – o capitalista, que investiu o seu capital; os trabalhadores, que terão melhores salários; e os clientes, que serão melhor atendidos.

A subordinação progressiva do processo de trabalho ao capital, expressa na perda de controle do trabalhador no ato de produzir, na fragmentação do processo de trabalho, na repetição automática de gestos comandados pela máquina, na separação entre as instâncias de concepção/execução, constitui elemento da crítica marxiana ao processo de trabalho no contexto do modo de produção capitalista.

Para Marx, diferentemente do que afirmam os economistas burgueses, “a história da formação do trabalhador no capitalismo é a história da sua desqualificação”, é a história da exploração do trabalho humano e da sua alienação (KUENZER, 1986, p. 32).

De fato, no modo de produção capitalista, a valorização do capital tem primazia sobre o processo de trabalho. Sob a lógica da acumulação, a regra é a extração de um sobretrabalho, é a produção da mais-valia e, nessa lógica, está contida a exploração da mão-de-obra e a desqualificação do trabalhador.

Quanto mais desqualificado o trabalho, maior o grau de exploração que ele possibilita. Assim, em favor do capital, aliena-se o homem, sacrificando-se a dignidade do trabalhador, comprometendo-se a sua integridade física e psíquica, aviltando-se a sua capacidade de produção.

A ampliação da divisão do trabalho e a mecanização, revolucionando os métodos e meios de produção, simplificam o trabalho de modo a dispensar qualquer especialização por parte do trabalhador, tornando a mão-de-obra fácil e barata.

Nas palavras de Marx:

“Quanto mais simples, quanto mais fácil de aprender o trabalho é, tanto menor o custo de produção, a despesa de sua aquisição e tanto mais diminuem os salários porque, tal como o preço de qualquer outra mercadoria, eles são determinados pelo custo de produção. Portanto, à medida que o trabalho se torna mais desagradável, mais repugnante, a competição aumenta e os salários diminuem”. (MARX, s.d: 189-190).

A separação entre a concepção e a execução, no interior da organização capitalista do trabalho, restringindo o operário às tarefas de execução, enquanto transfere o poder de decisão para a esfera do capital, expropria o trabalhador do saber sobre o trabalho e estigmatiza o trabalho manual.

Segundo Suchodolski:

“A divisão crescente do trabalho e o papel crescente da propriedade privada e da opressão de classe chegaram a ser um fator cada vez mais forte de diferenciação que destrói o vínculo do indivíduo com o trabalho e a sociedade e que, por sua vez aniquila a vida individual”. (SUCHODOLSKI, 1976, p. 121)

Na sociedade fundada sob o modo de produção capitalista, o capital é sujeito e o objetivo é o lucro; o produto do trabalho humano é mercadoria e em mercadoria se transforma o próprio trabalhador assalariado, para quem o trabalho é puro meio de subsistência; ciência e tecnologia são postas a serviço do capital e não do trabalho; esvazia-se o homem da sua essência humana e, disforme, como extensão da máquina, numa atividade em que não se reconhece, o operário fabrica produtos a que não tem acesso; retira-se-lhe a liberdade de



pensar, criar e se expressar como homem; nega-se-lhe a unilateralidade que constitui a vocação ontológica do ser Homem em seu processo de autocriação humana; subtrai-se-lhe a dignidade e, quanto mais produz riquezas, mais empobrece.

5. Sociedade dividida, homem alienado: base material da existência e desumanização

Sob a égide da propriedade privada dos meios de produção coletiva, a divisão do trabalho condiciona a divisão da sociedade em classes, e as relações sociais, sendo relações de classe, engendram o homem dividido, unilateral, subsumido a uma classe, o homem alienado.

Essa alienação atinge tanto o trabalhador, que aliena sua força produtiva e o seu próprio ser na relação antagônica que contrai com o proprietário dos meios de produção, como o capitalista que, apropriando-se dos produtos da atividade alheia, esbanjando riqueza em superficialidades à custa da privação do mínimo indispensável à sobrevivência de tantos homens, afirma-se na aparência do ter e deixa de se efetivar na objetivação de si, pelo trabalho. Desse modo, “o que em um é ‘atividade alienada’, no outro é ‘estado de alienação’ e uma potência desumana domina a todos”. (MANACORDA, 1991, p. 24) ou, nas palavras de Marx:

*“A alienação aparece tanto no fato de que **meu** meio de vida é de **outro**, que **meu** desejo é a posse inacessível de **outro**, como no fato de que cada coisa é **outra** que ela mesma, que minha atividade é **outra coisa**, e que finalmente (e isto é válido também para o capitalista), domina em geral o poder desumano”.* (MARX, 1974, p. 28)

Como produtos de uma sociedade historicamente definida, subsumidos pela classe, trabalhadores e capitalistas são seres unilaterais, atrofiados, desprezíveis tipos “humanos” da sociedade dividida, em que as relações do homem com a natureza e com os demais homens, movidos por objetivos egoístas, de caráter utilitário, deixam de se constituir em encontros de individualidades, para se efetivarem em termos do “uso que posso fazer do outro”.

Confirmando sua existência como ser histórico e social, como membro de uma classe determinada a partir das relações de produção sob a divisão do trabalho, o homem constrói a sua subjetividade e “se afirma no mundo objetivo não apenas no pensar, mas também com **todos** os sentidos”. (Grifos do autor. MARX, 1974, p. 18)

A base material da existência, a condição social do homem (só como ser social o homem se afirma como homem) e a realidade concreta são o lastro no desenvolvimento do que somos e a que somos. Os modos de ser, de pensar, de sentir, opiniões, atitudes, hábitos, valores, consciência e sensibilidade sofrem a determinação do que o homem é, nas condições dadas.

Como desenvolver o ouvido **humano** para ser “tocado” pela música de Vivaldi, e o olho **humano** para a percepção das formas e cores de um Van Gogh, e a linguagem **humana** para mergulhar no (uni)verso simbólico da Pasárgada de Bandeira, quando a materialidade da existência do homem animalizado, em condições subumanas, explorado por outro homem até à exaustão, sem um tempo livre para si, se impõe e se avoluma como realidade concreta que o nega naquilo que constitui a sua possibilidade de superar-se, exceder a si mesmo, humanizar-se - o trabalho?

Nos Manuscritos de 1844, Marx afirma:

*“É somente graças à riqueza objetivamente desenvolvida da essência humana que a riqueza da sensibilidade **humana** subjetiva é em parte cultivada, e é em parte criada, que o ouvido torna-se musical, que o olho percebe a beleza da forma, em resumo, que os **sentidos** tornam-se capazes de gozo humano, tornam-se sentidos que se confirmam como forças essenciais **humanas**. Pois não só os cinco sentidos, como também os chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor, etc.) em uma palavra, o sentido **humano**, a humanidade dos sentidos, constituem-se unicamente mediante o modo de existência de **seu** objeto, mediante a natureza **humanizada**”.* (Marx, 1974, p. 18)

E mais adiante:

“A objetivação da essência humana, tanto no aspecto teórico como no aspecto prático, é, pois necessária, tanto para tornar humano o sentido do homem, como para criar o sentido humano correspondente à riqueza plena da essência humana e natural”. (MARX, 1974, p. 18)

Mas a emancipação humana nas ciências, nas letras e nas artes, na sociedade dividida, é privilégio de uns e privação de tantos. Na sociedade regida pela propriedade privada, marcada pelo fetiche da mercadoria, a objetivação da riqueza plena da essência humana, o desenvolvimento do sentido humano cuja maior necessidade e riqueza é o outro homem, o “rico carecimento humano”, aliena-se no sentido da posse, no sentido do **ter**. E o sentido da posse se impõe como apropriação particular, uso exclusivo e “legítimo”, quer de coisas ou de pessoas, de que nos servimos quando e como nos apraz.

Analisando passagens de Fausto (Goethe) e de Timão de Atenas (Shakespeare), Marx afirma que “o que eu **sou** e o que eu **posso** não são determinados de modo algum por minha individualidade”, mas pelo que o meu dinheiro pode comprar. (MARX, 1974, p. 36) Na sociedade de produção e consumo capitalista, onde o dinheiro é senhor e o cartão de crédito “não mostra quanto você tem, mas quem você é”¹ (porque tem), a degradação do homem, reduzido ao “homem econômico”, manifesta-se nas diferentes instâncias da vivência social.

E, ao mesmo tempo que, para **ter**, é preciso poupar (e se poupam os prazeres, a alegria, o gozo humano, os afetos, os instantes de ternura, os doces gestos de carinho...), criam-se necessidades que não são satisfeitas, exploram-se as carências humanas, criam-se fantasias, vendem-se ilusões e tudo se mercadeja.

No mundo do consumo, é preciso comprar, gastar confere status; tudo se torna rapidamente obsoleto, fora de moda, descartável; tudo se per-

verte em sua finalidade básica, a exemplo da roupa que, de vestimenta para cobrir o corpo, é cartão de apresentação a depender da “griffe” que porta, e de tudo o mais que é usado para exibir posse, ressaltar “diferenças”, conferir poder.

Na sociedade dividida, no trabalho dividido, tudo se degrada, e a alienação se configura como categoria fundamental para o entendimento da dinâmica social.

A alienação do trabalho marcado pela condição de mercadoria, do trabalho pautado no dualismo da divisão social (trabalho intelectual/trabalho manual), do trabalho subordinado ao capital, do trabalho-negação, do trabalho-servidão; a alienação oculta nos processos de adestramento do homem para inserção no mundo da produção e do consumo, dissimulada no mísero salário pago por um trabalho desprovido de prazer; a alienação inerente à submissão do homem por outro homem; a alienação incutida nos processos de autorregulação de comportamentos, hábitos, desejos, vontade, sob a lógica capitalista, disfarçada na aparência de realizações mediocres do “cidadão-consumidor”, escondida na “afirmação” mesquinha do poder de posse; a alienação latente nas relações “contidas” de afeto promíscuo de interesses, mascarada em fantasias enganosas de fortuitos “encontros”, nebulosa na semântica desgastada dos gestos “amorosos”, flutuante nas “viagens” alucinógenas em busca do “lindo sonho dourado”, faz-se visível na forma embrutecida do homem em quem “nenhum de seus sentidos existe mais, nem em seu modo humano, nem em modo **desumano** e nem sequer de modo animal”, (MARX, 1974, p. 23); faz-se audível no grito mudo de corpos exaustos, comprimidos num minúsculo quarto de aluguel; faz-se tangível na perda de carecimentos humanos no bicho-homem que não tem satisfeitas sequer as necessidades de animal; torna-se palpável na concreticidade da miséria material e espiritual do operário espoliado, em contraposição à riqueza que produz, e lateja na desumanização do homem em condição de indigente, e explode na incomensurável miséria da privação, e impõe-se como realidade concreta na sociedade capitalista.

¹ Slogan utilizado em propaganda televisiva.



Prisioneiros no mundo da necessidade, privados de nós mesmos, a coragem de **ser** nos escapa, a liberdade assusta e deixamo-nos governar por normas e regras de vivência social. Já não temos(?) as rédeas do nosso destino e, por não ousarmos o comando de nossa existência, deixamos que circunstâncias outras decidam por nós, ou aguardamos soluções mágicas, enquanto tecemos as malhas de nossas próprias armadilhas.

Sem meio de acesso a nós mesmos, por desconhecermos que é no outro que nos encontramos, perdemo-nos em sonhos estéreis no labirinto de nós mesmos e inventamos outros “eus”, estranhos, que nos confirmam na autonegação.

Confinados a atalhos, vislumbramos caminhos que receamos trilhar, sufocamos sonhos de sombras reveladoras que, sob luz difusa, espream a vida. E fechamos portas e janelas e fingimos que a transitoriedade é permanência, sabendo que a permanência é transitória como tudo mais. E sufocamos o “outro eu” que nos escapa e que, negado, se agiganta e se afirma no gesto partido, no grito contido, na imagem apagada...

Esforçamo-nos na representação de personagens estranhos e, em solidão desassistida, entre caroços e bagaços, “saboreamos” a vida em incertos fragmentos de reapropriação da humanidade que nos chega em forma de dor.

Mas caminhamos em terreno minado e, em absurda lucidez estonteante, contradições nos assaltam e, no jogo da afirmação-negação, aqui e ali, atando e desatando alguns nós, excluídos/incluídos, descobrimos que não sendo, somos, e na mesma proporção que nos perdemos, encontramos-nos, e que a instabilidade tudo torna possível e a ruptura é reconstrução de uma nova unidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ENGUIITA, M. F. **A face oculta da escola**: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre : Artes Médicas, 1989. 252 p.
- FRANCO, M. A . C. **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro : [s. l.: s. n.], 1992. v. 21, p. 105-106. O trabalho como princípio educativo da criança e do adolescente: uma discussão necessária.
- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo : Cortez, 1989. 235 p.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1968.
- KUENZER, A . Z. **Ensino de 2º grau**: o trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez, 1988. 166 p.
- _____. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. 2. ed. São Paulo : Cortez, 1986. 203 p.
- MANACORDA, M. A. **Marx e a Pedagogia Moderna**. São Paulo: Cortez, 1991. 198 p.
- MARX, Karl. manuscritos econômico-filosóficos: terceiro manuscrito. In: _____. **manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. tradução de José Carlos Brunni. São Paulo : Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores) v. 35, p. 9-54.
- MARX, Karl. **Sociedade e mudanças sociais**. Texto selecionado por Neil J. Smelser, tradução de Maria Beatriz Coelho. Lisboa : Edições 70, 1974b 343 p.
- MARX, K., ENGELS, F. **A ideologia alemã** (I - Feuerbach). São Paulo : Hucitec, 1984. 138p.
- NOSELLA, P. Trabalho e educação : do tripalium da escravatura ao labor da burguesia à poiésis socialista, In: GOMEZ, C. M. et. al. **Trabalho e Conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo : Cortez, 1987. p. 27-41.
- SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro : Fundação Oswaldo Cruz, 1989, 50 p.
- SUCHODOLSKI, B. **Teoria marxista da educação**. Lisboa : Estampa, 1976. v. 1.